

O GRITO DE UM POVO: BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) – 1963-2016

Vanderlei Vaselezk¹

RESUMO

Este trabalho avalia a atuação da Contag, desde sua fundação em 1963 até os dias atuais. Inicialmente, refletiremos acerca da fundação da entidade e de sua reconfiguração imediatamente após o golpe empresarial-militar de 1964. Passaremos por seu desenvolvimento durante o regime empresarial-militar, observando sua relação com o Estado, assim como com outros movimentos sociais rurais. Passa-se a pensar os caminhos da organização após a redemocratização, enfatizando sua mudança de foco da luta por reforma agrária para o apoio aos agricultores familiares, iniciada no governo Fernando Henrique (1995-2002) e consolidada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

Palavras-chave: Contag. Reforma Agrária. Regime Empresarial-militar. Neoliberalismo. Agricultores familiares.

THE CRY OF A PEOPLE: BRIEF ANALISES ABOUT THE TRAJECTORY OF CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) -1963-2016

ABSTRACT

This work evaluates the role of Contag since its foundation in 1963 until our days. Initially we will reflect about Contag's foundation and its reorganization immediately after the corporate-military coup in 1964. We will discuss its development during the regime observing its relations with the State and other social rural movements. Afterwards we will analyze the organization's after the redemocratization process, emphacizing the change of focus from fighting for agrarian reform to supporting family farmers, which has begun in Fernando Henrique's government and has been consolidated in Partido dos Trabalhadores' government (2003-2016).

Keywords: Contag. Agrarian Reform. Corporate-military regime. Neoliberalism. Family farmers.

Data de aprovação: 29.12.2023

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma revisão relativa à atuação da Contag desde sua fundação até 2016. Realizaremos um balanço da atuação do movimento sindical rural, tendo como fio condutor A Contag. Não descuraremos a atuação de organizações como a Comissão pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST), mas nosso foco é a confederação. Maior estrutura do movimento sindical brasileiro na expressão de Rudá Ricci (RICCI, 2009), seus dirigentes conseguiram, com todas as dificuldades, manter a bandeira de reforma agrária em pleno regime empresarial-militar. Utilizaram a lei, que Thompson (THOMPSON, 1998) tão bem definiu como um espaço de lutas, para batalhar pela reforma e por direitos trabalhistas. Por mais que se fizesse relativamente pouco, era o possível. Posteriormente, perdida a batalha pela reforma na Constituinte de (1987-1988) lutou-se pela extensão da aposentadoria ao meio rural,

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vvazelesk@gmail.com

equiparada às cidades, afinal obtida em pleno governo Collor, após o V Congresso da organização em 1991.

A partir de inícios dos anos noventa, as direções passaram a dedicar-se à agricultura familiar, adaptação para o fim do século XX do termo camponês. Mais ainda, a participação feminina expressou-se na marcha das margaridas, homenageando Margarida Alves, uma das três mulheres a participar dos cursos de formação, que prepararam o III Congresso de 1979, assassinada em 1983 em Alagoa Grande (PB) (TEIXEIRA, 2018).

Deste modo, aproveito este espaço para uma reflexão sobre a Contag desenvolvida em dois momentos: o primeiro da sua fundação ao fim dos trabalhos da Constituinte, quando a Reforma agrária e os direitos trabalhistas nortearam a atuação das diretorias, embora a ênfase fosse distinta em cada momento. No segundo instante, pensaremos a Contag sob o impacto do neoliberalismo dos anos noventa a 2016, quando a reforma agrária perdeu claramente a importância, sendo o seu foco voltado para o apoio aos agricultores familiares, bem como, momento da incorporação de bandeiras feministas ao movimento. Deste modo, mostramos um panorama da atuação da entidade e através dele perceberemos os embates desenvolvidos no movimento sindical camponês.

1 DA ÁRVORE DERRUBADA AOS NOVOS CULTIVOS: CONTAG DA ASCENSÃO DO REGIME EMPRESARIAL-MILITAR AO NASCIMENTO DO NEOLIBERALISMO (1963-1990)

O golpe empresarial-militar de 1964 interrompeu um processo de mobilização social nos campos em pleno desenvolvimento. Os movimentos sociais atuavam em diversos níveis, questionando a estrutura de propriedade fundiária e reivindicando melhores condições de trabalho. Pela primeira vez em nossa história contava com o apoio explícito de lideranças nacionais como o presidente João Goulart (1961-1964) e governadores como Leonel Brizola no Rio Grande Do Sul (1959-1963) e Miguel Arrais em Pernambuco (1962-1964).² Ao nível local, desde a década anterior, lutas importantes haviam atraído a atenção da grande imprensa. Em Santa Fé do Sul (SP) e Orizona (GO), arrendatários lutaram para permanecer nas terras que haviam cultivado, contra o gado esparramado pelos proprietários sobre suas roças (MEDEIROS, 1989).

Posseiros também haviam desencadeado lutas importantes em diversos pontos do país. No Rio de Janeiro tratavam de impedir sua expulsão de Jacarepaguá para especulação imobiliária, bem como resistiam em vários pontos da Baixada Fluminense e na região da atual zona Oeste, mais precisamente em Guaratiba (SANTOS, 2005); (HERNANDEZ, 2010). No Paraná dois confrontos tiveram grande importância: entre 1948 e 1951 posseiros, de Porecatu, no norte do Paraná, com o apoio de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB)³ que, influenciado pela vitória da Revolução chinesa, apoiada no campesinato, tentava fazer da região ponto de partida da Revolução brasileira,⁴ enfrentavam grileiros apoiados pelo governador do estado Moisés Lupión.

² Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) houvera tentativas de extensão da legislação social ao campo e a reforma agrária foi objeto de discussão, levando a criação da Comissão nacional de Política Agrária em 1951, mas a resistência do setor proprietário fosse de forma explícita pelas lideranças da Sociedade Rural Brasileira, que confrontava abertamente tais iniciativas, fosse na atuação da Sociedade Nacional de Agricultura, cujos dirigentes aparentavam aceitar tais medidas e as combatiam de dentro da burocracia de Estado, bloquearam quais quer possibilidades de atuação governamental (RIBEIRO, 2008, 132).

³ O PCB denominava-se, originalmente, Partido Comunista do Brasil. Em 1961, visando reconquistar a legalidade mudou de nome para Partido Comunista Brasileiro. Uma cisão decidiu manter o nome Partido Comunista do Brasil, mas trocou a sigla para PCDOB).

⁴ O Jornal O Globo em uma edição de 1950 chamava a atenção para a possibilidade de um Novo Porecatu a poucos quilômetros do Rio de Janeiro referindo-se a um conflito na região de Guaratiba (SANTOS, 2005, p. 46).

Embora a repressão tenha sido vigorosa, alguns posseiros receberam do novo governador, Munhoz da Rocha, terras em Jaguapitã também no norte do Paraná (WELCH, 2010). Em 1957, com a volta do governador Lupion outro enfrentamento de posseiros ocorreu, desta vez no Oeste do Estado, sem a presença do PCB. Os posseiros chegaram a controlar pequenas cidades e, no caso raro em nossa história, uma atuação do exército na região acabou lhes dando ganho de causa (AMÂNCIO, 2009). Em Goiás outra luta de posseiros marcou época no período entre 1953 e 1964: liderados por Pedro Porfírio, apoiados pelo PCB, posseiros da região Trombas e Formoso conseguiram manter a propriedade da terra, inclusive fazendo de seu líder deputado estadual em 1962, sendo criado o mito da República de Trombas por parte de parlamentares ligados aos pretensos proprietários. Após o golpe de 1964, os posseiros acabariam vendo desagregada sua comunidade e as terras passariam em grande parte para os pretensos proprietários.

Se no plano local as movimentações tinham grande magnitude, ocorrendo também greves de assalariados em diversos pontos do país, ao nível regional, duas organizações marcaram o período pré-1964. No Nordeste, as Ligas Camponesas e no Rio Grande do Sul, e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master). As ligas camponesas foram estruturadas inicialmente no período de legalidade do PCB entre 1945 e 1947, em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, e Pernambuco, desagregando-se face à repressão ao partido, desencadeada em 1947, após ser reposita na clandestinidade. Em 1955, ex-militantes do PCB formaram a que seria conhecida como Liga Camponesa de Galileia em Vitória do Santo Antão. A Liga foi reprimida pelos proprietários dos engenhos de açúcar, mas o apoio do deputado estadual socialista Francisco Julião possibilitou que os arrendatários lutassem na Justiça, sendo o Engenho Galileia desapropriado (STEDLY, 2006). Entretanto, a consequência política seria a ampliação das ligas camponesas para vários estados do nordeste, chegando no início dos anos 1960 a atuar em estados como Paraná e Pará, embora seu ponto central de ação sempre tenha sido os estados de Pernambuco e Paraíba. As ligas viveram importante crise a partir de 1962, quando um grupo extremado criou um campo de treinamento guerrilheiro em Goiás, detectado pela marinha, tendo recebido carregamento de armas cubano (ROLEMBERG, 2001).

A crise interna fez com que as ligas atuassem nos últimos meses do regime democrático, especialmente em Pernambuco. Quanto ao Master, seu trabalho ficaria mesmo limitado ao Rio Grande do Sul. A tática que utilizava eram os acampamentos visando pressionar as autoridades por desapropriações. Isso foi possível durante o governo Leonel Brizola, mas o governador não conseguiu eleger seu sucessor e o Udenista Hildo Meneghetti (1963-1967), já desencadeava a repressão antes mesmo do golpe de 1964, facilitando a desagregação do movimento.

No plano Nacional, a primeira tentativa de organização de trabalhadores rurais foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada na segunda Conferência de lavradores e trabalhadores agrícolas realizada em 1954 (a primeira fora no ano anterior), em São Paulo. Os comunistas editaram o Jornal Terra Livre, que buscava divulgar os direitos dos trabalhadores do campo, tática que a Contag utilizaria bastante em seu período, além de fazer a defesa da Reforma Agrária, com o confisco de terras não cultivadas (COSTA, 1996). Após uma crise política decorrente das cisões do PCB causadas pelas discussões em torno da desestalinização soviética a partir de 1956, a Ultab retomou sua atuação, sob direção do PCB, apostando as fichas no caminho legal. Em 1961, Ultab promoveu o Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A ideia era promover mais a extensão de direitos trabalhistas ao campo, do que uma reforma agrária, mas a aliança entre representantes das Ligas Camponesas, sob Francisco Julião e do Master mudaria os rumos do Congresso: propunha-se a reforma agrária com a fixação de área máxima em quinhentos hectares, regularização dos arrendamentos, não esquecendo as questões trabalhistas. O brado Reforma Agrária na lei ou na marra mobilizou o congresso. Enquanto entidades de proprietários rurais, como a Sociedade Rural brasileira e Sociedade Nacional de Agricultura reagem chamando a atenção para o risco

da perda das propriedades, não apenas para eles, mas para o país como um todo ⁵ o governo do presidente João Goulart derrubava as medidas, que entravavam a sindicalização rural.⁶ A partir daqui começava a corrida pelo reconhecimento dos sindicatos: o PCB já havia organizado muitos deles, mas enfrentaria uma competição com duas alas da Igreja Católica: a conservadora-moderada, (havia ultramontana, para quem sindicalização e revolução comunista eram sinônimos), e a ala influenciada pelo que ficaria conhecido como Teologia da Libertação, conformando a Ação Popular (AP) (MEDEIROS, 1989).

As disputas se deram também para o reconhecimento das federações e da confederação. Pela regulamentação do Ministério do trabalho, havia quatro categorias de trabalhadores que poderiam ser organizadas: agricultura, pecuária, indústrias extrativistas e pequenos proprietários. Em julho de 1963, federações de linha católica-moderada organizaram em Natal a Convenção Brasileira de sindicatos rurais, criando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (TEIXEIRA, 2018). Entretanto, esta confederação não foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, algo indispensável para seu funcionamento à época. Em dezembro, do mesmo ano realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso de Fundação da Contag, contando com 26 federações, forjando-se uma aliança entre o PCB e a Ação Popular, isolando o setor católico moderado. Lindolpho Silva seria empossado presidente da Contag em 31 de janeiro de 1964 e o movimento sindical estava em plena expansão. Contudo, os proprietários rurais brasileiros conseguiram um êxito que seus pares chilenos não obtiveram, sendo por isso afetado por amplo processo de reforma agrária: convencer industriais e a classe média de que seriam profundamente afetados pelo projeto reformista de João Goulart, já que o princípio da propriedade privada seria destruído. Quando João Goulart assinou o decreto de expropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias, as elites proprietárias clamaram pelo golpe militar, ocorrido menos de três semanas depois (RIBEIRO, 2021).

A atuação do regime empresarial-militar instalado a partir de 1964 teve um caráter multifacetado em relação à questão agrária. A repressão foi desencadeada sobre o movimento sindical. De um lado ocorreria a intervenção na Contag, com a cassação da diretoria recém-empossada, com a prisão ou a fuga para o exílio de dirigentes, como Lindolpho Silva, além da intervenção em federações e sindicatos. Além disso, a repressão privada fez-se de modo vigoroso com a expulsão de arrendatários das terras que cultivavam e mesmo o assassinato de dirigentes comprometidos com as lutas do período anterior. A impunidade estava assegurada para os autores e mandantes, pois era muito fácil acusar de comunista qualquer crítico⁷. Por outro lado, isso não significou a eliminação de qualquer estrutura sindical no meio agrícola, ainda que este fosse o objetivo de setores mais duros do regime e franjas extremadas entre os proprietários. Embora reacionário contra mobilizações populares, havia setores do regime, que desejavam mostrar-se modernizantes. Assim mesmo a reforma agrária não poderia simplesmente ser arquivada, como se jamais houvessem existido movimentos neste sentido.

Desta maneira, ainda que sob intervenção, o movimento sindical poderia continuar a desenvolver-se. O novo governo faz acordo com setor moderado da Igreja Católica e, além de José Rotta, da federação conservadora de São Paulo, que assumiu a interventoria da Contag, muitos sindicalistas de origem católica foram nomeados para dirigentes sindicais pelo

⁵ Vale lembrar que no Brasil, face à dependência do país das divisas obtidas pela exportação de gêneros agrícolas, os proprietários sempre conseguiram mostrar seus interesses particulares, como interesses da nação, num processo similar à Argentina e Uruguai, e bem distinto do Chile e do Peru. Daí ter sido possível a reforma agrária nos dois últimos países e não nos primeiros.

⁶ A sindicalização Rural era formalmente permitida desde 1944, Decreto-lei 7038. Entretanto, eram inúmeras as barreiras para registrar-se um sindicato, para não falar dos obstáculos impostos pelos proprietários rurais. Daí por exemplo, a forma Liga Camponesa ter sido muito eficiente para o caso nordestino (COSTA, 1996, p.19).

⁷ O tema da Repressão no meio agrário durante o regime empresarial-militar ainda necessita mais estudos. Se a repressão sofrida pelos opositores de camadas médias ou mesmo operárias está relativamente bem documentada, no caso do meio rural, ainda há muitos temas a serem abordados. Ver, por Exemplo (MEDEIROS, 2016).

Ministério do Trabalho, coisa, aliás permitida pela legislação implantada a partir do primeiro governo Vargas. O próprio José Francisco, que dirigia o sindicato de Vicência em Pernambuco, recorda: “Tínhamos que agir como interventores dentro dos sindicatos.”⁸ Mesmo no que tangia à reforma agrária, haveria disputas. Enquanto dirigentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) de São Paulo desejavam o fim de discussões sobre a reforma Agrária, no Rio de Janeiro, lideranças como Paulo Assis Ribeiro sustentavam a necessidade de algum encaminhamento para a questão. Depois da vitória da Revolução Cubana, que tivera na reforma agrária uma de suas principais bandeiras e da realização da conferência de *Punta del Este* (Uruguai) em 1961, a reforma passou a ser vista em toda América Latina por setores conservadores da Igreja Católica e de fora dela, como uma vacina contra a Revolução, sendo realizada com este objetivo fosse pelo governo eleito da Democracia Cristã no Chile, fosse pela ditadura militar do general Velasco Alvarado no Peru (RIBEIRO, 2009, 2021).

Assim, o governo do Marechal Castello Branco enviou a mensagem ao Congresso Nacional e usou o mecanismo do decurso de prazo⁹ como meio de pressão para aprovar a emenda constitucional número X que permitia a indenização em títulos da dívida agrária em caso de expropriação para fins de reforma. A reação do setor proprietário seria distinta: dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura buscaram, como faziam desde o período varguista, negociar com o regime, conseguindo implantar medidas de seu interesse para o Estatuto da Terra, como o prazo de três anos para expropriação de imóveis considerados não explorados. Já os dirigentes da Sociedade Rural Brasileira falaram em começar tudo de novo, referindo-se à mobilização desenvolvida durante o pré-golpe de 1964 (BRUNO, 1995).

De todo modo, em novembro de 1964 era aprovado o Estatuto da Terra: estava dividido em duas partes e como no Chile, onde uma lei de reforma agrária fora aprovada dois anos antes, haveria dois órgãos federais para cuidar da questão: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) cuidaria de temas como eletrificação rural, difusão de tecnologias e colonização, enquanto o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, (IBRA) se responsabilizaria por expropriações e assentamentos nos novos lotes. Pela primeira vez no Brasil, caracterizava-se o que fosse um latifúndio: por dimensão, seiscentas vezes o módulo fiscal, (propriedade considerada de tipo ideal para cada microrregião do país) e por inexploração, área pouco cultivada de acordo com as condições de cada região. Deste modo, tanto a atuação sindical, como a reforma agrária estavam dentro de marcos legais, ainda que bastante restritos.

O Ministério do Trabalho reduziu o número de federações em fevereiro de 1965, das 26 de 1963 para onze, pois as quatro categorias anteriores reduziram-se a uma única: trabalhadores rurais, englobando num mesmo sindicato trabalhadores assalariados e pequenos produtores com até dois empregados. Foram convocadas eleições para a diretoria da Contag e José Rotta, o interventor, tornou-se presidente ainda em 1965.

No ano seguinte, realizou-se o primeiro congresso da Contag, com o apoio do Inda. A memória da diretoria que assumiu a Contag a partir de 1968 pouco valoriza este momento: seria apenas um congresso para mostrar que o movimento existia. Entretanto, ao avaliar-se os anais do Congresso verifica-se que pautas do período anterior continuavam presentes: reivindicava-se, por exemplo, a instalação de arrendatários expulsos de suas terras nos projetos de reforma agrária, (isso ocorreu para os proprietários driblarem a legislação trabalhista), mais áreas prioritárias para reforma, bem como participação dos trabalhadores nos órgãos da Justiça do trabalho e do IBRA (BARCELOS, 2008).

⁸ Entrevista de Josefa Lima dos Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva a Marco Antonio Santos Teixeira, Brasília, Centro de Convenção Ulysses Guimarães, março de 2017. Apud Teixeira, 2018.

⁹ Tratava-se de um mecanismo implantado pelo novo regime de acordo com o qual, após um determinado tempo que uma proposta do executivo fosse enviada ao parlamento, seria aprovada automaticamente, caso não fosse votada.

No ano seguinte, marcado pela ascensão do segundo general-presidente, Artur da Costa e Silva, (1967-1969) a oposição ao regime empresarial-militar crescia sob impacto de manifestações de estudantes. No Rio de Janeiro realizou-se plenária intersindical e sindicalistas de Pernambuco, Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, todos com origem na ala moderada da Igreja Católica, mas descontentes com a atuação da Contag, promoveram a chapa de oposição, que venceria as eleições de 1968. Era o que os sindicalistas da nova diretoria chamavam de retomada, buscando um sindicalismo mais combativo. Neste ano greves pipocavam nos engenhos de Pernambuco, levando a presença do ministro do Trabalho, coronel Jarbas passarinho, que ameaçava com a vingança patronal, caso não voltassem ao trabalho, além de lutas pela terra em São Paulo, com tentativas de mediação da Igreja Católica¹⁰. Neste mesmo ano, a nova diretoria promoveu um encontro em Petrópolis, reunindo sindicalistas de diversos pontos do país. O objetivo era que se conhecessem e traçassem uma estratégia comum de luta. Na memória contagueana, observa-se um estranhamento, que marcaria por décadas a atuação da entidade: os nordestinos ao verem os pares gaúchos brancos, bem alimentados e com a acesso à terra, muitas vezes com sua propriedade comentavam entre si: “estes não são trabalhadores”; os sulistas ao verem os nordestinos mestiços, trabalhando sob um precário assalariamento questionavam-se: “Como trabalham tanto e não conseguiram a terra até hoje?” (TAVARES, 1992, p. 78). Esta divisão se refletiria até nossos dias, quando afinal a direção da Contag coordenada pelo gaúcho Alberto Bloch, promoveu a dissociação, ou seja, a criação de uma confederação específica para assalariados rurais (TEIXEIRA, 2018) em 2015.

Enquanto o movimento sindical se reorganizava, o regime empresarial-militar se endurecia a partir do Ato Institucional Nº 5, que permitia o fechamento do Congresso Nacional, impedia habeas corpus em caso de prisão por motivos políticos e reforçava a censura à imprensa. A direção, no que tange à Reforma Agrária, o IBRA sofrera uma intervenção em 1968 e o general Luiz Carlos Tourinho qualificava o órgão de “Desorganização organizada”, parecendo talhado para não funcionar. No interior do regime ainda havia disputas: a tendência dominante, sob o ministro da Fazenda Delfim Netto, era, em vez da reforma agrária, privilegiar a tecnificação de grandes proprietários através do incentivo à mecanização, uso de sementes selecionadas, agrotóxicos, à época chamados defensivos agrícolas. Por outro lado, o ministro do interior general Albuquerque Lima, homem da linha-dura, mas de tendência nacionalista pressionava pela implementação de uma reforma agrária. Embora deixasse o governo em fevereiro de 1969, seu nome era lembrado para sucessão de Costa e Silva, e isso talvez tenha influenciado a edição do Ato Institucional nº IX, que significava um rito sumário para que a justiça decidisse sua desapropriação (SILVA, 1971). Este ato institucional diferente do anterior, não teria consequências práticas. O Governo Costa e Silva terminaria abruptamente, com a doença do presidente. Um golpe silencioso impediu a posse do vice, o civil Pedro Aleixo, e uma junta militar entregou o mando ao general Emílio Médici, que seria eleito em candidatura única pelo Congresso Nacional reaberto.

Quanto ao Movimento sindical, os dirigentes contagueanos partiram do princípio de que os direitos existiam, mas não eram respeitados. Assim, influenciados pela tática já testada em momentos anteriores por dirigentes comunistas, buscou-se o encaminhamento administrativo e judicial da questão agrária. Do ponto de vista administrativo, tratava-se de denunciar invasões de terra e as duras condições de trabalho no campo ao executivo, bem como reivindicar a Reforma Agrária, como num extenso Memorial enviado a Médici em março de 1970. Ali argumentava-se a necessidade da reforma agrária, baseando-se na possibilidade de incorporar metade da população ao mercado interno para a indústria crescente, além da Justiça Social defendida em encíclicas do Papa Paulo VI e nos discursos do presidente da

¹⁰ Cf. Ministro do Trabalho intermedia Greve em Pernambuco. Jornal O Estado de São Paulo, 2 de outubro de 1968, p. 3. Evidentemente, as ameaças do ministro não estão no Estadão (LIMA, 2003, p. 124).

República.¹¹Entretanto, com a ascensão de Médici consolidou-se a perspectiva de tecnificação das grandes propriedades, visando aumentar a capacidade produtiva, sem realizar reforma agrária, no sentido de redistribuição da propriedade. Para os camponeses sem-terra, o governo Médici apresentou o projeto amazônico. A ideia seria levar milhares de sulistas espremidos pela falta de terras e nordestinos acossados pela seca para a Amazônia, para colonizarem às margens de rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a inviabilizada Perimetral Norte, que ligaria via Pará e Amazonas os territórios do Amapá e Roraima¹². Entretanto, ao mesmo tempo que anunciava os projetos para colonizar com pequenos cultivadores, ainda que houvesse enormes dificuldades para estes, como a precariedade das estradas, distância de mercados consumidores, doenças e enfrentamentos com populações indígenas já estabelecidas, o regime tinha outra estratégia: incentivos fiscais para grandes empresas nacionais e estrangeiras se estabelecerem na região. O confronto foi inevitável: os posseiros desbravavam as áreas, mas logo eram visitados por grileiros, que armados de títulos falsos, jagunços e policiais, buscavam expulsá-los das terras que cultivavam (RIBEIRO, 2009, p. 37).

Com uma sindicalização ainda muito débil, o recurso para os camponeses era recorrer a padres católicos, muitos influenciados pela Teologia da Libertação, que propunha, em síntese, uma vida melhor aqui mesmo na terra, sem esperar a morte para alcançá-la. Não casualmente, partiu de São Félix do Araguaia a pastoral de D. Pedro Casaldághia, uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio, seguida de uma série de pastorais de outras regiões do país. (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Vale salientar, que não só na Amazônia pipocavam conflitos de terras: bastava o governo anunciar a construção de uma estrada, como a Rio-Santos, e os posseiros eram visitados por grileiros com seu aparato (MEDEIROS, 1989).

Quanto ao sindicalismo rural continuava a estratégia de denunciar junto ao poder central, construir sindicatos em vários pontos do país e apoiar com advogados lutas judiciais. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve vários casos onde buscava sustentar a luta de cultivadores, que ameaçados de expulsão das terras onde trabalhavam, caracterizavam-se como posseiros, a fim de tentar a permanência na terra, tornando cara a disputa para o proprietário. (BARCELOS, 2008). Esta tática seria muito criticada em anos posteriores, mas atualmente mesmo lideranças, que a qualificaram de acomodada à época, reconhecem que no período mais repressivo do regime empresarial-militar foi a forma possível de manter o tema agrário em cena. (TEIXEIRA, 2018).

O regime buscou outra função para o sindicalismo: agência previdenciária. Em 1971 foi regulamentada a aposentadoria para os trabalhadores do campo. Alegando não ter recursos para estender agências de previdência social ao campo, o regime impôs aos sindicatos a função de prestar assistência médica, odontológica e encaminhar os pedidos de aposentadoria. A reação na direção da Contag foi de dúvida: aceitar significaria atrelar-se mais ainda ao Estado, reforçando sua tutela, rejeitar era entregar os trabalhadores aos prefeitos. A decisão foi aceitar e avaliar. Os resultados foram distintos: houve sindicatos como de Goiás, que se limitaram basicamente à assistência médica, o que não era pouco dependendo da região (SILVA, 2014), houve os do Sul, mais ligados à FETAG local, mais dedicados à aposentadoria (PICOLOTTO, 2011), mas houve também sindicatos que tendo origem assistencialista, acabaram ganhando um caráter mais reivindicativo (TAVARES, 1992). Seja como for, o sindicalismo cresceu bastante durante os anos 1970, espalhando-se por centenas de pequenas cidades brasileiras. Se de um lado o governo atingiu seus objetivos, sendo o meio agrário o fiel depósito de votos para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), face à assistência Social (CARVALHO, 2001), de outro salienta-se que a possibilidade de reivindicações mais radicais estava posta.

¹¹ Cf. Memorial ao Senhor Presidente da República. Revista O Trabalhador Rural, Rio de Janeiro, CONTAG, abril de 1970, p. 3-15.

¹² Vale salientar que em 1970 o IBRA e o Inda foram fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Embora o movimento sindical se expandisse, a repressão nunca deixou de ser uma possibilidade muito concreta, especialmente após 1972, quando o exército detectou a presença de guerrilheiros do partido Comunista do Brasil no Sul do Pará. Era a Guerrilha do Araguaia. Embora fosse derrotada com relativa facilidade, o fantasma do comunismo no campo assombraria militares e seria manipulado como justificativa para a repressão. Regionalmente seria o alibi para grileiros, legitimados pelo Conselho de Segurança Nacional, que em 1976, acabaria justificando sua atuação, entendida como mal menor frente à possibilidade de guerrilha (MARTINS, 1984). Desta maneira, quando a Contag convocou o segundo Congresso em 1973, seus dirigentes foram pressionados a não discutir a Reforma Agrária. Argumentaram, entretanto, com a lei, explicando que a reforma prevista na Constituição outorgada pelo regime. Assim, no congresso aprovou-se a resolução, que pedia a reforma agrária, “onde o homem está”, questionando implicitamente o amazônico discurso do regime. Além disso, defendeu-se a lei do sítio, ou seja, dois hectares de terra para o trabalhador permanente criar seus animais e plantar nas fazendas que cultivava; tal medida era válida nos engenhos de açúcar, mas é importante observar que nos anos 1970 as fazendas modernizavam-se e cada vez mais utilizavam mão-de-obra temporária.

Enquanto a Contag mantinha a estratégia jurídico-administrativa, a articulação de bispos da Amazônia e do Centro-oeste, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criava em 1975 a Comissão pastoral da Terra (CPT). Ela fazia parte de uma série de comissões pastorais, que a Igreja Católica vinha organizando desde a década anterior, visando apoiar os que mais necessitavam, dentro da chamada opção Preferencial pelos pobres, declarada desde 1968 na Conferência episcopal Latino-americana de Medellín (Colômbia). Havia um ponto em comum entre contagueanos e CPT: a defesa da ampliação do Estatuto da Terra. Um ponto dele, aliás seria importante no início dos anos 1980: a possibilidade de desapropriação pelo presidente da República de áreas em conflito. Contudo, o discurso da CPT era mais radical na defesa dos posseiros. A Contag, com o tempo, também se apropriou deste discurso, lembrando o artigo 502 do Código Civil, que permitia a defesa com armas da posse da terra, que se ocupa, desde que limitada àquele espaço (TEIXEIRA, 2018). No Rio de Janeiro, a Federação de Trabalhadores e a regional da CPT chegaram a construir parcerias. Entretanto, havia uma divergência de fundo: a proposta contagueana visava cumprir o Estatuto da Terra, que fora pensado especialmente para atender aqueles que já tinham acesso à terra, na condição de assalariados e arrendatários. Já a CPT progressivamente percebia que o Estatuto não fora pensado para os que perdiam a terra, fosse pela expulsão violenta, fosse como no Sul, face às dificuldades de mercado. Por outro lado, o discurso contagueano visava a extensão do capitalismo ao campo, possivelmente sob influência do PCB, que há décadas sustentava a necessidade de implantação deste modelo (o campo era visto por muitos comunistas, como feudal), para posteriormente chegar ao socialismo. Já os dirigentes da CPT viam o capitalismo chegar ao campo através dos megaprojetos e pensavam em uma saída comunitarista, que apontasse para alguma forma de socialismo (TAVARES, 1992), (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Enquanto isso, mudanças ocorriam no cenário nacional. O quarto presidente do regime empresarial-militar, Ernesto Geisel, assumia em março de 1974 em meio ao início de uma crise econômica, que marcaria o país durante décadas, caracterizada por altas taxas de inflação e relativamente baixo crescimento econômico. Deste modo, foi preciso realizar uma relativa abertura do regime. Os resultados não demoraram: vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição permitido à época, nas eleições parlamentares de 1974. Manifestações de rua após o assassinato do jornalista Wladimir Herzog em dependências do exército. Crítica de parte do empresariado ao plano econômico governamental, acusando de estatizante.

No campo, as lutas continuavam e o assassinato dos padres João Bosco e Benito Luckeben em 1976, marcaria um maior afastamento da Igreja católica face ao regime,

aprofundado com a aprovação da lei do divórcio em 1977 (MITIDIERO JUNIOR, 2008). A relativa abertura do regime e a cautela dos contagueanos não impediam problemas: dirigentes da Delegacia Sindical do Acre seriam presos em 1977 e a direção da Contag levaria um mês para ser empossada (TAVARES, 1992).

De todo modo, a atuação sindical começava a ser mais vigorosa e, em 1978, anunciou-se a realização do Terceiro Congresso. Foi um ano de preparação, com a efetivação de um trabalho de formação nos diversos estados. Neste momento, ainda havia pouquíssimas mulheres presentes (três fizeram os cursos), entre elas Margarida Maria Alves, que anos depois seria assassinada em Alagoa Grande na Paraíba (1983) e décadas mais tarde se tornaria símbolo da luta feminina. Na década de 1970, muitos sindicalistas resistiam à presença feminina no sindicato. Ela só poderia ser inscrita, como filha, irmã ou esposa. Entretanto, as comunidades eclesiais de base organizadas pelo setor progressista católico seriam o ventre da participação feminina nos movimentos de trabalhadores. A presença em espaços religiosos sempre fora recomendada para as mulheres, e foi a partir dela que encontraram seu *locus* de atuação junto aos sindicatos (AGUIAR, 2015).

Em 1979 assumia o quinto general presidente: João Figueiredo. O movimento pela anistia cresceria e ela foi aprovada num resistente congresso em agosto. Antes disso, a Contag realizava seu terceiro Congresso em maio. O clima social mudara, com a realização de greves no ABC paulista, que buscavam romper com a lei de greve do regime. No Congresso de maio, o ministro da agricultura Delfim Netto seria vaiado por declarações desastradas sobre a reforma agrária. A linha legalista da Contag foi confrontada por grupos ligados a CPT. Das decisões congressuais, cobrava-se que a propriedade fosse expropriada, não a partir dos módulos fiscais, mas de medição em hectares, variando de 250 a 750, conforme a região do país. Cobravam-se direitos previdenciários, cumprimento da legislação trabalhista, inclusive em relação aos acidentes de trabalho, e aceitava-se mesmo a Pluralidade sindical, além de se propor a construção de uma Central de Trabalhadores.¹³ Não se tratava mais de solicitar às autoridades, mas de exigir delas o cumprimento das leis. A influência da CPT se fazia sentir na decisão de apoiar ocupações de terras não cultivadas, embora as federações vinculadas à Contag raramente tenham suportado tal prática.

Neste mesmo 1979, dois acontecimentos marcaram os movimentos camponeses do país. No Rio Grande do Sul, fazendas eram ocupadas e, pela primeira vez em muitos anos, o governador do Estado concedia a Licença de Uso. A CPT, do estado, organizara o movimento, que mais tarde, ocuparia outras áreas (MEDEIROS, 1989). Em Pernambuco eclodia após onze anos uma greve no setor canavieiro. Aqui, a greve seria diferente do que ocorria em São Paulo. Em Pernambuco seria importante cumprir a lei de greve do regime, com votação secreta em assembleia, prazo de dez dias de convocação da mesma, fiscalização pelo ministério do Trabalho (TAVARES, 1992). Buscava-se driblar a repressão estatal, embora não fosse possível fugir à pecha de “comunistas de Brasília”, nome como eram conhecidos os assessores da Contag, que chegavam para auxiliar o movimento (TEIXEIRA, 2018). O movimento foi bem sucedido embora tivesse de ocorrer lutas importantes pelo cumprimento do que fora acordado (LIMA, 2003). Gerou-se o chamado modelo Pernambuco, o esforço para realizar greves dentro dos marcos da legalidade existente, que se espalhou para regiões como os cafezais baianos e os canaviais mineiros e fluminenses em 1985. Entretanto, o modelo se esgotaria, face à crescente mecanização e ao uso de trabalhadores temporários em zonas cada vez mais amplas do país.

O governo Figueiredo (1979-1985) seria marcado por conflitos de diversas naturezas: no Acre os seringueiros liderados primeiro por Wilson Pinheiro e depois de seu assassinato em 1980, por Chico Mendes até seu homicídio em 1988, promoveu os empates, quando trabalhadores formavam correntes humanas para opor-se a motosserras, que derrubariam os

¹³ Cf. III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília, Contag, 1979. Entre diversas análises, ver: (MEDEIROS, 1989, p. 115) e (RICCI, 1990, p. 23-25).

seringais onde ganhavam seu pão. Na Baía e no Paraná, pequenos proprietários opunham-se à construção de barragens por hidrelétricas, criando o Movimento dos Atingidos por Barragens. Nos estados do sul, pequenos produtores bloqueavam estradas, protestando contra os baixos preços para seus gêneros, fumo, soja, suínos (PICOLOTTO, 2011); (CONTAG, 1981). Além disso, a CPT apoiara novas ocupações no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Promovia-se em 1982 encontro nacional dos Sem-Terra dos estados do sul e posteriormente, o encontro de representantes de doze estados em Goiânia. Em 1984 era criado oficialmente em Cascavel – Paraná, o Movimento dos Sem-terra. Em sua pauta de fundação punham como um de seus objetivos a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, apontando para uma sociedade socialista. A reação estatal e dos proprietários de terra não se fez esperar. No plano do Estado criou-se um ministério de assuntos fundiários, sob direção do general Danilo Venturini, sendo estruturado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins, que na prática, tendia a favorecer mais aos grileiros, legalizando o que já haviam feito (MARTINS, 1984, p.75); (ASSIS, 2007). Além disso, houve o esforço de enquadrar líderes da Contag, entre eles, José Francisco da Silva, na lei de Segurança Nacional. No plano da iniciativa privada, ocorreram vários assassinatos de lideranças, em especial na Amazônia, com a marca da impunidade para estes crimes, dentre os quais celebrou o de Margarida Alves, já citado.

A direção da Contag engajou-se na campanha por eleições diretas para presidente em 1984 e apoiou a candidatura de Tancredo Neves por via indireta em 1985. Tancredo prometia realizar uma reforma agrária e nomeou pessoas comprometidas com o processo, dentre elas José Gomes da Silva, para a presidência do Incra. O velho agrônomo poderia ter a oportunidade de implantar vinte anos depois o Estatuto da Terra. A Contag promoveu o IV Congresso, e pela primeira vez contou com a presença de um presidente da República, José Sarney, vice que assumira após a morte de Tancredo. Ali foi apresentada a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, que dentre outras coisas previa a desapropriação como principal meio para arrecadação de terras, o fim de projetos de colonização privados e a desativação de milícias privadas. No Congresso, a proposta foi aprovada, mas também se impuseram bandeiras do sindicalismo ligado à recém-lançada Central Única dos Trabalhadores (CUT), como o confisco de terras de titulação duvidosa e a possibilidade de desapropriação de terras pertencentes a empresas rurais. Além disso, considerou-se a necessidade de uma nova lei agrária após a Constituinte (MEDEIROS, 1989). Enquanto a direção da Contag apoiava as propostas governamentais, ainda que o IV Congresso procurasse aprofundá-las, o MST buscava atuar em diversos pontos do país, ocupando terras. Gaúchos deslocavam-se para Pernambuco, paranaenses para o Rio, tentando nacionalizar o Movimento (FERNANDES, 2000). As reações à proposta de reforma agrária e às ações do MST foram múltiplas: dentro do governo criaram-se planos de apoio ao pequeno produtor e projetos de desenvolvimento rural, visando desviar recursos da reforma agrária. No plano privado, além da reação de entidades tradicionais como a Sociedade Rural Brasileira, nascia a União Democrática Ruralista (UDR). A entidade formalmente fora criada para lançar candidatos à Constituinte, mas sua defesa fundamentalista do direito à propriedade, fosse ela obtida legalmente ou não, legitimava os assassinatos de padres, sindicalistas e advogados, que atuavam na defesa dos Sem-Terra. Ficou famoso o *slogan*: “para cada área invadida, um padre morto” (MEDEIROS, 1989, p. 145).

Quando em outubro de 1985 veio a luz o Plano de Reforma Agrária a negociação e não a desapropriação passava a ser o principal mecanismo de obtenção de terras, a revisão de incentivos fiscais prevista na proposta anterior, não tinha mais objetivo de devolver terras não cultivadas ao Estado, mas apenas corrigir seu uso e não se falava mais em áreas prioritárias para reforma agrária. O resultado foi a saída de José Gomes e sua equipe do Incra e a direção da Contag adotaria um tom mais crítico face ao governo Sarney (SILVA, 1987).

Derrotada a proposta de Plano de Reforma Agrária, Contag e MST juntaram-se na batalha da Constituinte. Tentava-se estabelecer uma área máxima de uma propriedade rural, a função social da propriedade. Rudá Ricci recorda as dificuldades da Contag, pois usava os argumentos da década de 1950, ou seja, que a reforma deveria ser feita para aumentar a produtividade no meio agrário. Os proprietários respondiam que o campo já se modernizara, (tecnologicamente isso era certo, mas não nas relações de trabalho) e, por outro lado, além de alimentar as cidades exportava ajudando o país a pagar a gigantesca dívida externa. Além disso, a batalha da constituinte contou com apedrejamento de defensores da reforma e pressão econômica dos proprietários. Afinal estabeleceu-se na constituição de 1988 o princípio da função social, mas também a impossibilidade de expropriação de terras consideradas produtivas, o que tornava difícil expropriar, pois toda terra, em princípio, pode vir a ser produtiva (RICCI, 1990; 1999).

Ao final dos trabalhos da constituinte enquanto o MST organizava-se em dezoito estados e promovia oitenta ocupações em 1989, forçando o governo Sarney assentar bem mais famílias do que se proporia (noventa mil segundo números oficiais) (FERNANDES, 2000), a Contag vivia uma situação paradoxal: desfrutava uma rede sindical que cobria virtualmente o país. Aliás, uma vitória na Constituinte foi que a aposentadoria rural passou de meio para um salário mínimo,¹⁴ significando o coroamento de uma luta de mais de dez anos, especialmente dos sindicalistas do sul (PICOLOTTO, 2011), (COLETTI, 2005). Entretanto, a principal bandeira, a Reforma Agrária, não fora vitoriosa na Constituinte. Continuava a ser levantada, mas por um competidor: o MST. Rudá Ricci afirmava, escrevendo no calor da hora, que a Contag era um ator procurando o texto, ele seria encontrado na década seguinte.

2 NOVAS ÁRVORES: AGRICULTURA FAMILIAR E DIREITOS DAS MULHERES (1990-2016)

A partir da década de 1990 pode-se afirmar que duas bandeiras caracterizariam a luta do movimento sindical mais afeto à Contag: o apoio aos agricultores familiares e a incorporação das mulheres ao movimento sindical e de suas pautas à plataforma de luta contagueana. A Reforma agrária se manteria como bandeira, entretanto muito menos mobilizadora, a não ser no que toca a algumas federações, como a de Pernambuco, que em meados da década de 1990, disputava espaços com o MST, ao ver os assalariados da cana desempregados e tentar reter seu público.

A vitória de Fernando Collor em 1990 marcou a implantação do modelo neoliberal no Brasil. O neoliberalismo é uma ideologia que prega a ausência do Estado em quase todas as atividades humanas, pois teóricos como Milton Freedman e Frederic Von Rayek sustentam ser a intervenção do Estado na economia um agente de escravidão. O trabalhador, com sindicato fortalecido, vê-se muito dependente do Estado, ao passo que o empresário fica escravizado por ele. Rayek chega mesmo a defender a importância do desemprego para garantir a liberdade dos agentes econômicos (COLETTI, 2005).

No que diz respeito à questão agrícola, o modelo neoliberal representou o fim dos juros negativos (abaixo da inflação) para o setor proprietário, além da concorrência com produtos estrangeiros. Isso foi gerando a quebra de pequenas propriedades e o desemprego nas grandes. Estamos observando a gestação da massa, que participará das ocupações de terra a partir de meados dos anos noventa (COLETTI, 2005).

Enquanto o MST reduzia suas ocupações face ao impacto da repressão do governo Collor, os sindicalistas contagueanos, agora aproximando-se de dirigentes da CUT, realizavam o V Congresso da entidade em 1991. Dali resultou importante manifestação, que obteve a

¹⁴ Pode parecer pouco, mas em muitos lugares do Brasil a aposentadoria rural é a principal fonte de arrecadação.

conquista dos direitos de aposentadoria previstos na nova carta constitucional, mas que o INSS se recusava a pagar, por falta de um regulamento (TEIXEIRA, 2018). Neste mesmo ano após o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro no Pará, Contag, CUT e MST organizaram o Grito do campo: ocupando prédios públicos e promovendo atos de rua, protestavam contra a impunidade, bem como sustentavam a necessidade de reforma agrária e políticas públicas para o pequeno cultivador.

A partir de parcerias entre CUT e Contag e professores universitários realizaram-se no início dos anos noventa estudos a respeito dos pequenos produtores. O velho camponês, cuja morte fora anunciada tantas vezes por liberais e marxistas, mostrava-se vivo não só no sul do país, mas em diversos outros pontos, o que significava que precisava de apoio urgente. Daí em maio de 1994, enquanto as ocupações do MST cresciam durante o governo Itamar Franco, (COLETTI, 2005) Contag, MST, coordenação dos Povos indígenas do Brasil, Movimento nacional dos Pescadores, atingidos por Barragem realizaram em vários estados e no Distrito Federal “O Grito da Terra Brasil”: cobrava-se reforma agrária, política agrícola diferenciada para o pequeno produtor, bem como direitos trabalhistas e previdenciários (PICOLOTTO, 2011, 324).

O primeiro “Grito da Terra Brasil” obteve um primeiro Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP). Vinha num momento importante, pois o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que se elegeria presidente da República implantava o plano Real: em linhas gerais tratava-se de criar uma unidade monetária, que ancorava a moeda ao dólar, liberar as importações e aumentar muito os juros para atrair dólares que as pagassem (PEREIRA, 2009). Para o meio agrário tratou-se de aprofundar as consequências do que já ocorria no governo Collor, com um agravante: com a moeda paritária, o dólar além de não competir com produtos importados (pequenos cultivadores sulistas sofriam com os produtos argentinos e uruguaios), era difícil exportar. Aumentou o número de pequenos produtores falidos e de desempregados no campo.

Em 1995, a Contag, agora com forte influência dos cutistas especialmente do Sul, filiou-se à CUT e promoveu sozinha o Grito da Terra Brasil (TEIXEIRA, 2018). Por outro lado, o MST ou organizações a ele ligadas promoviam ocupações em diversos pontos do país. É importante lembrar que neste momento, embora a estratégia de ocupação fosse privilegiada pelo MST, ocorreram diversas ocupações promovidas por federações ligadas ao sistema Contag, (como vimos Pernambuco) e multiplicaram-se movimentos de luta pela terra: à esquerda o Movimento de Libertação dos sem-Terra, que pregava uma revolução socialista, à direita movimentos locais no Pontal do Paranapanema, no extremo-oeste de São Paulo.

Dois massacres marcaram uma virada na política do governo Fernando Henrique para o campo. Em agosto de 1995, Sem-Terras foram mortos, inclusive uma menina de sete anos, na ocupada Fazenda Santa Elina em Corumbiara (Rondônia). Como dois policiais foram mortos (o despejo fora feito de madrugada), pôde-se passar a ideia de confronto. Entretanto, em abril de 1996 19 sem terras foram mortos na rodovia PA 150, quando a interditavam em protesto exigindo a desapropriação da Fazenda Macaxeira (ASSIS, 2007).

A repercussão internacional foi gigantesca e o governo não teve outro remédio senão dar uma resposta. Aprovou-se um rito sumário para desapropriação, regulamentando a lei 8129, criou-se o Ministério de Desenvolvimento Agrário. O governo FHC apostaria suas fichas em alguns pontos: depois da marcha dos sem-terra a Brasília em 1997, buscou-se intensificar medidas repressivas como a proibição de negociar com ocupantes de prédios públicos. Ao mesmo tempo, procurou-se desenvolver a chamada Reforma Agrária de Mercado: associações de pequenos cultivadores levantam uma área para ser vendida e solicitavam-na ao governo, que com recursos públicos a comprava e os camponeses pagariam o financiamento. Do ponto de vista dos proprietários, aquilo sim, era a verdadeira Reforma Agrária, afinal não haveria um caráter punitivo pela expropriação, tão pouco haveria as incômodas visitas de funcionários do

Incrá para vistoriarem fazendas. Havia, entretanto, uma razão mais prática: os preços das terras baixaram muito durante o Plano Real. O Estado aqueceria o Mercado (LERRER, 2003). Quanto à Contag, tendo dirigentes como Ezydio Pinheiro, como membro do PSDB, teve um papel privilegiado neste momento, embora nas memórias de seus dirigentes, seja mais valorizada o diálogo com o governo Lula. No Governo FHC obteve o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (Pronaf), para que tivesse renda de até trinta mil dólares da época, quatro módulos fiscais, bem como o Pronafinho para pequenos cultivadores.

No que tange à Reforma Agrária de Mercado, os contagueanos acabariam rompendo com o MST, pois aceitaram o programa de crédito Fundiário financiado em parte pelo Banco Mundial, já que era uma antiga reivindicação em especial dos cultivadores do sul. Para os sem-terra, seria desviar recursos da Reforma Agrária, mas para muitos dirigentes da Contag era uma forma de facilitar a aquisição da propriedade. De acordo com João Márcio Pereira, o programa de Reforma agrária de Mercado era um sucesso do ponto de vista da adesão, já que lançado num período de seca, quando muita gente via na propriedade uma tábua de salvação; entretanto os adquirentes eram muito pobres e dificilmente se manteriam com a terra (PEREIRA, 2009).

No ano 2000 o governo FHC baixou um decreto proibindo por dois anos as vistorias em fazendas ocupadas. José Gomes da Silva, já filiado ao PT lamentava a manutenção deste decreto em 2008. De todo modo, a Contag continuaria levantando a bandeira de reforma agrária, porém com muito menos intensidade.

A partir da ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores em 2003 houve um fenômeno similar ao da Contag no início do governo Sarney em 1985. O Movimento dos Sem-Terra apostou suas fichas no segundo plano de Reforma agrária. Tanto Lula quanto Fernando Henrique afirmaram haver assentado centenas de milhares de famílias. De acordo com (COLETTI, 2005), (ASSIS, 2007) muito do que se afirmava ser assentamento era na realidade regularização fundiária. De fato, não era pouca coisa regularizar amplas faixas de terra, contudo, isso não era o mesmo que expropriar terras. Aliás, o governo Lula seria marcado pelo revivescimento do setor proprietário rural, sob o impacto do crescimento chinês e o consequente aumento do preço das *commodities*.

Quanto aos dirigentes da Contag perceberam que era muito mais viável lidar com os governos do PT. Os recursos para a agricultura familiar multiplicaram-se por seis, além de haver iniciativas como o Programa de aquisição de alimentos para as escolas, que incentivava a produção local. No plano sindical, a Contag viu a disputa num setor, que ela hegemonizara: se nos anos 1980 disputava os agricultores familiares, como agora são chamados com a UDR, nos anos 2000, a disputa deu-se no terreno da CUT. A entidade apoiara a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região sul, (FETRAFI-Sul, em 2001, e da Federação nacional (FETRAF-Brasil) em 2004 (TEIXEIRA, 2018). Daí a decisão de dirigentes da Contag filiados mais ao PCDOB (a CUT continua hegemonizada pelo PT) de se desfiliarem da CUT em 2009, durante o Décimo Congresso, havendo dirigentes ligados à CUT e à Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) vinculada ao PCDOB. A ideia dos comunistas é tentar conservar a unidade sindical, apesar das divergências. De todo modo, a entidade abandonou o trabalho, com os assalariados cada vez mais atuando de forma temporária. A direção da Contag, sob o gaúcho Alberto Ercílio Bloch, (2009-2017) organizou a criação da Confederação dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais em 2015, chamada por eles de dissociação.

Continuava-se a organizar o “Grito da Terra Brasil” a cada ano, mas os dirigentes da Contag percebiam certa acomodação na direção da entidade e na organização do grito: o governo Lula recebia para conversar, mas já sabia o que seria reivindicado e o que se responderia. Um tema que também ganhou visibilidade foi o do meio ambiente. Desde 2001, passou-se a defender a construção de um projeto de desenvolvimento Rural Sustentável. Aliás,

quando se fala em reforma agrária, tal qual em países como Peru e Chile, procura conectar-se a ideia de reforma agrária à de produção agroecológica.

Agroecologia, que é fundamental para pensarmos as mulheres. Como vimos, elas não participavam dos sindicatos até a década de 1970, passando a atuar neles em meados dos anos 1980. Tal atuação dinamizou-se a partir da criação da Comissão nacional de mulheres trabalhadoras rurais da CUT em 1986. Em 1989, haveria a primeira mulher participando da diretoria da Contag (Gedalva de Carvalho do Sergipe).

Em 1995, com a adesão da Contag, a CUT cria-se, após muita resistência dos dirigentes, uma secretaria de mulheres. Margarida Pereira da Silva (Ilda) recorda dos problemas psicológicos que enfrentou dentro da organização, face à pressão dos homens, que desqualificavam qualquer proposta vinda de uma mulher. Outras mulheres explicam, por exemplo que quando um dirigente de federação vai a Brasília, consegue ir de avião, mas quando é uma mulher, que precisa discutir pautas específicas das mulheres, tem de ir de ônibus. Vale salientar uma relativa insensibilidade percebida por elas nas discussões com os homens, já que temas como creche ou cuidado dos filhos são vistos como coisa de mulher. Ouvi esta mesma fala ao entrevistar a senhora Alicia Muñoz, dirigente da *Asociación Nacional de Mujeres rurales* e Indígenas em Santiago do Chile. A antiga moradora da província do Maule me falava que os homens não se preocupavam com estes temas e daí entenderam ser necessário deixar a *Confederación Ranquil* e criar sua entidade¹⁵.

Apesar de tudo, as dirigentes que se incorporavam à Contag, muitas com raízes em sindicatos filiados à CUT estabeleceram parcerias com diversas organizações feministas, de camponesas, como o Movimento de Mulheres Camponesas da região sul e das Quebradeiras de Coco, Pará, Maranhão, Piauí, além de organizações de cunho mais amplo como a marcha Mundial de mulheres e organizaram no ano 2000 no contexto da Promoção da Marcha mundial de Mulheres, o ato 2000 razões para Marchar era a primeira Marcha das Margaridas, homenageando Margarida Alves. O latifúndio tinha matado Margarida, diziam elas, mas como o corpo da indígena Mani na lenda da Mandioca, ela tinha virado semente. Neste momento havia relativamente pouca atenção governamental. Também reivindicaram o julgamento dos envolvidos no assassinato de Margarida Alves. O julgamento, depois de adiado duas vezes foi realizado em junho de 2001, com a presença de mulheres de todo o país. O acusado de ter mandado o assassinato, médico Zito Buarque foi absolvido. Segundo Raimunda de Macena ele não fora condenado, mas para elas, o fato de ser julgado, já equivalia a uma condenação (TEIXEIRA, 2018, 315). A partir de 2003, as margaridas passaram a marchar todo primeiro ano de governo. Neste momento conseguiam ser recebidas por autoridades e se obteve que a mulher figure com o marido como titular da terra em projetos de reforma agrária. Recorde-se que no período varguista, quando mulheres escreviam cartas a Vargas pedindo um lote de terras em projetos de colonização no contexto da chamada marcha para o oeste, lhes era respondido que não poderiam ser aceitas, pois só homens eram considerados chefes de família (RIBEIRO, 2008).

As bandeiras são múltiplas: da legalização do aborto, vista por elas como garantia de um direito ao corpo, ao direito à posse da terra, pelas quebradeiras de coco, pressionadas por pretensos proprietários, passando pelas questões ambientais. Lembram que sofrem o problema dos agrotóxicos duas vezes: ao lidar com eles no trabalho e ao lavar a roupa dos familiares (AGUIAR, 2015).

As marchas ganhariam maior visibilidade durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Em 2015 foram acusadas pela mídia de governistas, por não encamparem as bandeiras de fora Dilma. Como lembra Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag, não se tratava de conivência com a corrupção, mas de entender que aquele governo

¹⁵ Entrevista inédita de Alicia Muñoz ao autor. Santiago de Chile, 10 de julho de 2017.

era melhor para elas. Vale ainda salientar as tensões dentro da Contag: segundo alguns dirigentes, a entidade fica um pouco invisibilizada diante da profusão de entidades femininas participando da marcha. De uma forma ou de outra, as mulheres, que no início do período estudado não podiam sequer participar dos sindicatos, agora conquistavam espaço, havendo cotas de representação desde 1998 nas direções sindicais.

Ao final do período estudado, a Contag mudava de nome: Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, na agricultura, agricultores e agricultoras familiares. Deste modo, deixaria para trás o tema de assalariados e cada vez mais voltava para a atenção aos que, bem ou mal, já possuíam a terra. A deposição de Dilma em 2016 significaria o encerramento de um ciclo e uma fase mais aguda do modelo neoliberal, mas isso já seria outra história.

CONCLUSÃO

Fundada num contexto de intensa mobilização social, a Contag sofreu vigorosamente o impacto do golpe empresarial-militar de 1964. Entretanto, apesar da intensa repressão, a razão não foi tão profunda quanto a chilena, no golpe do país andino em 1973. Haveria lugar para o sindicalismo na nova configuração de poder, ainda que subordinado, na qualidade de prestador de serviços previdenciários, como ficou claro na lei complementar 11/1971, que garantiu a aposentadoria aos rurais. Mesmo a reforma agrária, embora não aplicada foi tornada legal e a Igreja progressista, em momento de crise no início dos anos 1980 pôde apelar para desapropriação em áreas de conflito. Andando na “corda bamba” os contagueanos retomaram a atividade mais firmemente a partir de 1968, com toda cautela que o momento exigia.

Foi possível manter a bandeira de reforma agrária, apesar da Repressão. Face à abertura do regime, a moderação foi mantida e a greve de Pernambuco em 1979 testava os limites da legalidade do regime. O modelo deu seus frutos, mas esgotou-se face à mecanização e ao crescimento exponencial do trabalho temporário. Competindo com oposições sindicais e o MST a direção apostou suas fichas no Plano Nacional de reforma agrária do governo Sarney e, derrotado este, jogou as fichas na constituinte. Perdida esta batalha, o público foi afinal encontrado. Na parceria com cutistas observou-se a presença do agricultor familiar, o velho camponês não apenas não morreu, mas pode ser objeto de disputa, primeiro entre Contag e UDR e depois com as federações de agricultura familiar.

Finalmente, o tema do gênero, ou melhor as condições de vida das mulheres do campo progressivamente foram incorporadas aos programas da Contag. Diferente do Chile não foi preciso uma ruptura plena com a entidade sediada em Brasília. Tendo completado sessenta anos em 2023, a casa do Núcleo Bandeirante (sede da Contag) continua tendo certa relevância no cenário político nacional, como mostrou a visita do ex-presidente Lula em 2017, na abertura do Congresso no centro de Convenções Ulysses Guimarães. Diferente do MST parece ter conservado sua base social apesar do aprofundamento do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto. **Somos Todas Margaridas**: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado, 2015.

AMÂNCIO, Silvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje monumento histórico**: A revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em suas Variadas versões. Maringá, Uem, Dissertação de Mestrado, 2009.

ASSIS, William Santos. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste Paraense**. Rio de Janeiro, UFRRJ, tese de doutorado, 2007.

- BARCELOS, Fernando Henrique. **Ação Sindical e Luta pela Terra no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.
- BRUNO, Regina Ângela. Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto. Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, **Revista Sociedade e Agricultura**, 1995. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/80/76>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- COLETTI, Claudiney. **A Trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 2005.
- COLETTI, Claudiney. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1998.
- CONTAG. **Política Agrária e Conflitos no Campo**. Brasília, Contag, 1981.
- COSTA, Luis Flávio Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em Trincheiras: Rio de Janeiro (1948-1996). In: Sigaud, Lígia. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000**. Rio de Janeiro, Garamong, 2010.
- LERRER, Débora. **Reforma Agrária: os caminhos do impasse**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962 – 1987**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, tese de doutorado, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **Conflito e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Consequência, 2016.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. São Paulo, USP, 2008.
- PEREIRA, João Marcio Mendes Pereira. **Política de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Rio de Janeiro, UFRRJ, tese de doutorado, 2011.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Cuestiones Agrarias em el Varguismo y el Peronismo**. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A Questão Agrária sob Regime Militar no Brasil e no Peru. In: Márcia Motta (Org). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava, Unicentro, 2009.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. As foices diante do palácio: os camponeses frente à política neoliberal do governo FHC (1995-2002). In: Keila Auxiliadora Carvalho, Janaina Martins Cordeiro, César Martins de Souza (Org). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil republicano**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019, v.1, p. 361-384.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Altas vozes da terra: proprietários rurais no Brasil e no Chile. Da luta contra a reforma agrária ao neoliberalismo (1958-1990). In: Vanderlei Vazelesk Ribeiro, Maria Verônica Secreto (Org). **O Rural em América Latina: Perspectivas**. Belo Horizonte, Fino Traço, 2021.

RICCI, Rudá. **Contag: um Ator à Procura de um Texto**. São Paulo, Cedec, 1990.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas, Unicamp, 1999.

RICCI, Rudá. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: Papel do sindicalismo de Trabalhadores rurais no pós-1964. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (Org). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. O Campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**, São Paulo, Unesp, Brasília, Nead, 2009, Vol. 1, P: 321-339.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Um Sertão Entre Muitas Certezas: Luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964)**. Niterói, UFF, dissertação de Mestrado, 2005.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

SILVA, José Santana da. O sindicalismo rural em goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, tese de doutorado, 2014.

STEDLY, João Pedro. **História e Natureza das Ligas Camponesas**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

TAVARES, Ricardo. **Contag: da Ditadura à Transição. Memória Social e Construção Política do Campesinato**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1992.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos Sociais, Ações Coletivas e Reprodução Social: A Experiência da Contag (1963-2016)**. Rio de Janeiro, Uerj, tese de doutorado, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

WELCH, Clifford Andrew. **A Semente foi Plantada: As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.